

Palestra retiro nacional da AVVD. São Paulo, julho 2024

Palestra: Divisão/Unidade das Igrejas

Pe. Adalberto G. Araújo Júnior.

1. NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE ECUMENISMO:

a). O contexto missionário: alicerce do ecumenismo.

- A experiência dos missionários no século XIX: o anúncio do Evangelho por confissões cristãs divididas alimenta a divisão e tira a credibilidade do anúncio do Evangelho;
- Uma contradição chocante com o anúncio da reconciliação contido no Evangelho;
- Uma Igreja dividida contradiz a sua identidade e a sua missão: a de restabelecer a unidade destruída pelo pecado de Adão através da ação reconciliadora de Jesus Cristo;
- Esta missão tem um valor antropológico e cósmico: a Igreja é sinal e instrumento da unidade do género humano (LG 1)
- O Movimento Ecuménico trabalha pela restauração da unidade da Igreja de Cristo e da sua credibilidade.

“Recuperar o plano original de Deus para o mundo: a unidade do género humano, da qual a Igreja é sinal e instrumento” (cf. LG 1).

b). O testamento de Jesus: um imperativo eclesial!

João 17, 21: “para que o mundo acredite que Tu me enviaste”.

Rm 5, 5: “O amor de Deus foi derramado em nossos corações por meio do Espírito Santo que nos foi dado”.

- A unidade dos cristãos está ancorada na dimensão trinitária;
- É participação na comunhão intratrinitária;
- Chamados a manifestar esta visão ao mundo.

c). Problemas de nomenclatura e linguagem.

- **O termo “ecumenismo”**
- deriva da palavra grega *οικουμενη*, de *οικια* (casa-comum)

- [o substantivo $\gamma\eta$ dá-lhe o significado de universalidade];
- participação e universalidade.

d). Escopo semântico

- Xenófanes, Heródoto, Demóstenes, Aristóteles: significado geográfico [todas as terras conhecidas]
- Na era helenística: o mundo helênico (significado cultural e distintivo)
- Na época romana: o Império Romano (significado cultural e distintivo)
- Utilização do significado cultural distintivo nas Sagradas Escrituras: Mt 24.14; Lucas 2.1; Lucas 4.5; Lucas 21.26; Atos 11.28; Atos 17.6; Atos 19.27; Apocalipse 16,14,
- Orígenes (185-254), Basílio (320-379), Agostinho (354-430): para indicar a nova Igreja
- Concílios de Nicéia e Constantinopla: significado de 'universal' = 'válido para todos'

e). Contexto teológico

- Ecumenismo: uso indevido como sinônimo de 'aberto', 'tudo inclusivo', 'conciliatório' ligado a uma ideia de tolerância, multiculturalismo, diálogo.
- Ecumenismo: termo técnico que indica a busca da unidade entre os cristãos para construir a casa comum dos cristãos e, através deles, de toda a humanidade.
- Ecumênica é a missão da Igreja chamada a anunciar o Evangelho a todos os povos.
- Densa rede de relações, associações, documentos e estudos relativos ao diálogo teológico e eclesial entre cristãos, para construir a unidade da Igreja.

f). Diálogo Ecumênico e Diálogo Inter-religioso

- Erro: confundir os termos "ecumênico" e "inter-religioso"
- Aspectos comuns aos dois diálogos.

g). A necessidade de ser fiel à própria tradição.

"Isso não significa que, ao entrar em diálogo, se deva deixar de lado as próprias crenças religiosas. O oposto é verdadeiro: a sinceridade do diálogo exige que se entre nele com a integridade da própria fé".

h). **Abertura à verdade.**

“Em última análise, a verdade não é algo que possuímos, mas uma Pessoa por quem devemos nos deixar possuir. É, portanto, um processo sem fim. Mantendo intacta a sua identidade, os cristãos devem estar dispostos a aprender e receber dos outros e através deles os valores positivos das suas tradições”.

i). **As diferenças: o diálogo ecumênico.**

- **É diálogo** entre cristãos, está fundamentado em Cristo, tira a sua missão da sua vontade e visa a plena unidade visível entre as Igrejas.
- **Finalidade:** o esclarecimento e a aproximação das posições doutrinárias e a renovação das práticas pastorais num processo de conversão que leva à redescoberta do vínculo dado pela fé em Cristo Redentor.
- **O vínculo já existe**, mas deve manifestar-se em unidade visível.
- **Fontes comuns:** a Sagrada Escritura, a fé e a prática das primeiras comunidades cristãs.

j.) **As diferenças: Diálogo inter-religioso.**

- **Diálogo** entre pessoas e povos pertencentes a diferentes religiões
- **Fundamento:** a dimensão religiosa inscrita na pessoa,
- **Finalidade:** a descoberta e partilha das diferentes formas como o Sagrado se manifestou nas culturas e épocas; cooperação na esfera social
- **Fontes** não comuns nem vinculativas: os livros sagrados de cada religião

k). **Dois diálogos e dois documentos.**

- *Nostra aetate*, declaração sobre o diálogo inter-religioso
- *Unitatis Redintegratio*, decreto sobre o ecumenismo.

2. AS GRANDES DIVISÕES DO CORPO DE CRISTO

2.1 Primeiras divisões: na Antiguidade Tardia.

Desde os primórdios a mensagem cristã foi vítima de numerosas interpretações equivocadas, esta tendência já aparece em Icor 3, 1-5: “Porque, dizendo um: Eu sou de Paulo; e outro: Eu de Apolo; porventura não sois carnis? Pois, quem é Paulo, e quem é Apolo, senão ministros pelos quais crestes, e conforme o que o Senhor deu a cada um?”, ou em Gal 1, 8-11: “se alguém vos anunciar um outro Evangelho”. Sob influência de

correntes filosóficas diversas e de antigas religiões (estoicismo, gnosticismo; judaísmo, zoroastrismo, politeísmo greco-romano) surgiram numerosas seitas à margem da Igreja como os ebionitas, marcionitas, maniqueístas, messalianos, valentianos, basilidianos, gnósticos etc. Mas nestes primeiros séculos a Igreja sobre controlar os sectarismos com sínodos regionais. A partir do século IV, com o Édito de Milão (313 d.C), a Igreja envolvida com o poder, novos heresias surgiram com força maior e o episcopado se divide... é o tempo dos grandes concílios ecumênicos.

Na história do cristianismo, os sete primeiros concílios ecumênicos incluem os seguintes: o Primeiro Concílio de Niceia em 325, o Primeiro Concílio de Constantinopla em 381, o Concílio de Éfeso em 431, o Concílio de Calcedônia em 451, o Segundo Concílio de Constantinopla em 553, o Terceiro Concílio de Constantinopla de 680 a 681 e, finalmente, o Segundo Concílio de Niceia em 787. Todos os sete concílios foram convocados no Império em áreas em que hoje é o país da Turquia.

Apresentamos aqui uma síntese doutrinária e líderes de três dos primeiros Sete Concílios Ecumênicos e das principais heresias que causaram significativas divisões no Corpo de Cristo:

a). 1º Concílio, Niceia:

Ocorreu no período de 20 de maio – 19 de junho 325. Convocado pelo Imperador Constantino I. Foi presidido pelo bispo Ósio de Córdoba (e Imperador Constantino). Contou com aproximadamente 318 bispos. Teve como tema principal o Arianismo, a natureza de Cristo; celebração da Páscoa, ordenação de eunucos, proibição de ajoelhar-se aos domingos e da Páscoa até o Pentecostes, validade do batismo por hereges, cristãos praticantes, diversos outros assuntos. Desse concílio resultou o cisma ariano que levou uma parte da cristandade a separar-se com a Grande Igreja. O arianismo estendeu suas missões além das fronteiras norte do Império Romano levando vários bárbaros germânicos a conhecerem um cristianismo herético. O resultado dessas missões foi quando nos séculos IV e V, os povos bárbaros invadiram o Império Romano do Ocidente, levaram consigo o arianismo estabelecendo assim uma hierarquia paralela com a da Grande Igreja, tal como aconteceu na Península Ibérica nos reinos visigóticos. Aos poucos, não são mártires católicos, a ortodoxia católica triunfará.

b). 3º Concílio, Éfeso:

Ocorreu no período de 22 de junho – 31 de julho de 431. Foi convocado pelo Imperador Teodósio II. Foi presidido por Cirilo de Alexandria. Teve a presença de aproximadamente 250 bispos. Teve como tema o Nestorianismo, *Theotokos* e Pelagianismo. Desse concílio surge a ruptura com a Igreja do Oriente a qual ao longo dos séculos se desenvolverá nos territórios do antigo Império Persa, Ásia Central e Extremo Oriente.

c). 4º Concílio, Calcedônia:

Ocorreu no período de 8 de outubro – 1 de novembro de 451. Foi convocado pelo Imperador Marciano. Presidido pelos Legados do Papa Leão I: Pascasio de Lilybaeum, Lucentio de Ásculo, Juliano de Cos e o presbítero Bonifácio. (Presidência formal). Teve a presença de aproximadamente 520 bispos. Teve como tema a questão da relação entre a divindade e a humanidade de Cristo (monofisismo e diofisismo), os julgamentos emitidos no Segundo Concílio de Éfeso em 449, as supostas ofensas do Bispo Dióscoro de Alexandria, muitas disputas envolvendo bispos e sedes específicas. Do concílio de Calcedônia romperam com a Grande Igreja os coptas, etíopes, siro-ocidentais e armênios e suas respectivas igrejas são denominadas Precalcedonianas, os quais rejeitam o termo “monofisita” e se afirmam como “miafisita”. O miafisismo, corrente cristológica que defende que Jesus é uma pessoa de uma substância, mas com apenas uma natureza totalmente integrada, que é completamente humana e completamente divina. Este termo vem do grego *mia*, que significa “uma” e *physis* para “natureza”. Rejeitam o termo “monofisismo” (do grego *μόνος*, *monos*, “solitário” e *φύσις*, *physis*, “natureza”) por considerar que esta cristologia nega a dimensão humana da única natureza de Jesus, que é ao mesmo tempo humana e divina.

2.2 O Grande Cisma do Oriente

a). Principais causas:

O Cisma Oriente-Occidente, também conhecido como o Grande Cisma ou o Cisma de 1054, é a ruptura da comunhão entre as igrejas Católica e Ortodoxa Oriental desde 1054. Uma série de diferenças eclesíásticas e disputas teológicas entre o Oriente grego e o Ocidente latino precederam a divisão formal que ocorreu em 1054. Entre elas, destacam-se a processão do Espírito Santo (Filioque), se o pão fermentado ou sem fermento deveria ser usado na Eucaristia, [uma] iconoclastia, a coroação de Carlos Magno como Imperador dos Romanos em 800, a reivindicação do Papa à jurisdição universal e o lugar da Sé de Constantinopla em relação à Pentarquia (os cinco patriarcados da Igreja).

A primeira ação que levaria a um cisma formal foi tomada em 1053: as igrejas gregas no sul da Itália foram obrigadas a se conformar às práticas latinas, sob ameaça de fechamento. Em retaliação, o Patriarca Miguel I Cerulário de Constantinopla ordenou o fechamento de todas as igrejas latinas em Constantinopla. Em 1054, o legado papal enviado por Leão IX viajou para Constantinopla para, entre outras coisas, negar a Cerulário o título de " patriarca ecumênico " e insistir que ele reconhecesse a reivindicação do papa de ser o chefe de todas as igrejas. Os principais propósitos da legação papal eram buscar ajuda do imperador bizantino, Constantino IX Monômaco, em vista da conquista normanda do sul da Itália, e responder aos ataques de Leão de Ohrid ao uso de pão sem fermento e outros costumes ocidentais, ataques que tiveram o apoio de Cerulário. O historiador Axel Bayer diz que a legação foi enviada em resposta a duas cartas, uma do imperador buscando ajuda para organizar uma campanha militar conjunta dos impérios oriental e ocidental contra os normandos, e a outra de Cerulário. Quando o líder da legação, o cardeal Humberto de Silva Cândia, OSB, soube que Cerulário havia se recusado a aceitar a demanda, ele o excomungou e, em resposta, Cerulário excomungou Humberto e os outros legados. De acordo com Ware, "Mesmo depois de 1054, as relações amistosas entre o Oriente e o Ocidente continuaram. As duas partes da cristandade ainda não estavam conscientes de um grande abismo de separação entre elas. A disputa permaneceu como algo do qual os cristãos comuns no Oriente e no Ocidente desconheciam em grande parte" [Ware, Timothy. *The Orthodox Church: An Introduction to Eastern Christianity*. Westminster: Penguin Books, 1963; p. 67].

A validade do ato dos legados ocidentais é duvidosa porque o Papa Leão havia morrido e a excomunhão de Cerulário só se aplicava aos legados pessoalmente. Ainda assim, a Igreja se dividiu ao longo de linhas doutrinárias, teológicas, linguísticas, políticas e geográficas, e a brecha fundamental nunca foi curada: cada lado ocasionalmente acusa o outro de cometer heresia e de ter iniciado o Cisma. A reconciliação foi dificultada pelas Cruzadas lideradas pelos latinos, o Massacre dos Latinos em 1182, a retaliação do Ocidente por meio do Saque de Tessalônica em 1185, a captura e pilhagem de Constantinopla durante a Quarta Cruzada em 1204 e a imposição de patriarcas latinos. Com o tempo, o surgimento de hierarquias gregas e latinas concorrentes nos estados cruzados, especialmente com dois pretendentes às sedes patriarcais de Antioquia, Constantinopla e Jerusalém, tornou clara a existência de um cisma. Várias tentativas de reconciliação não deram frutos.

b). Questão Filioque:

Filioque (em latim: “e (do) Filho”) é uma frase encontrada na versão do Credo niceno-constantinopolitano em uso na Igreja Latina. Ela não está presente no texto grego desse credo como formulado originalmente no Primeiro Concílio de Constantinopla, onde se lê apenas que o Espírito Santo procede “do Pai”, enquanto texto latino reza: *Et in Spiritum Sanctum, Dominum et vivificantem, qui ex Patre Filioque procedit* (“E no Espírito Santo, Senhor e fonte de vida, que procede do Pai e do Filho”).

Frequentemente diz-se que o primeiro caso conhecido da inserção da palavra Filioque na versão latina do Credo niceno-constantinopolitano ocorreu no Terceiro Concílio de Toledo (589) e que a sua inclusão a partir daí se espalhou espontaneamente por todo o Império dos Francos. No século IX, o Papa Leão III, ainda que aceitando a doutrina da procedência do Espírito Santo do Pai e do Filho, se opôs à adoção da cláusula Filioque. Em 1014, porém, o canto do credo, com a Filioque, foi adotado na celebração da missa em Roma.

A cláusula Filioque foi qualificada como heresia por alguns dos santos da Ortodoxia Grega, incluindo Fócio (c. 810/820 - c. 893), Marcos de Éfeso (1438-1445) e Gregório Palamas (1296-1359), que são tidos como os Três Pilares da Ortodoxia. O metropolita Hierotheos (Vlachos) de Nafpaktos afirma que é parte da tradição ortodoxa que a escolha das palavras desta passagem no Credo de Niceia sobre o Espírito Santo, como utilizadas no oriente, foram escolhidas por Gregório de Níssa.

Atualmente a doutrina do Filioque encontra opositores na ortodoxia grega como nos teólogos Vladimir Lossky, Dumitru Stăniloae, John Romanides e Michael Pomazansky, que condenam a Filioque. Há, entretanto, uma visão liberal na tradição ortodoxa que é mais receptiva à Filioque. A *Encyclopedia of Christian Theology* lista Vasily Bolotov, Paul Evdokimov, I. Voronov e Sergei Bulgakov como entendendo a Filioque como uma opinião teológica permissível (ou *theologoumenon*), mas que não pode ser definido fora do dogma.

2.3 A Reforma Protestante e o Protestantismo:

Também conhecida como Reforma, foi um grande movimento teológico no cristianismo ocidental na Europa do século XVI que representou um desafio religioso e político ao papado e à autoridade da Igreja Católica. Perto do fim do Renascimento, a Reforma marcou o início do Protestantismo e, por sua vez, resultou em um grande cisma dentro do cristianismo ocidental.

É considerado um dos eventos que marcaram o fim da Idade Média e o início do período moderno na Europa. O fim da era da Reforma é contestado entre os estudiosos modernos. Antes de Martinho Lutero e

outros reformadores protestantes, houve movimentos de reforma anteriores dentro do cristianismo ocidental. A Reforma Protestante, no entanto, é geralmente considerada como tendo começado em 31 de outubro de 1517 com a publicação das Noventa e cinco Teses, de autoria de Martinho Lutero. Mais de três anos depois, em 3 de janeiro de 1521, Lutero foi excomungado pelo Papa Leão X. Em 25 de maio de 1521, na Dieta de Worms, Lutero foi condenado pelo Sacro Império Romano, que proibiu oficialmente os cidadãos de defender ou propagar as ideias de Lutero. Lutero sobreviveu após ser declarado um fora da lei devido à proteção do Eleitor Frederico, o Sábio. A disseminação da imprensa de Gutenberg forneceu os meios para a rápida disseminação de materiais religiosos no vernáculo. O movimento inicial na Alemanha se diversificou, e outros reformadores próximos, como Huldrych Zwingli e John Calvin, com diferentes teologias, surgiram.

Protestantismo é uma forma de cristianismo que se originou com a Reforma Protestante do século XVI, um movimento contra o que seus seguidores consideravam erros da Igreja Católica. Os protestantes rejeitam a doutrina católica romana da supremacia papal e dos sacramentos, mas discordam entre si quanto à presença real de Jesus na Eucaristia e em questões de política eclesiástica e sucessão apostólica. Eles enfatizam o sacerdócio de todos os crentes; a justificação somente pela fé (*sola fide*) em vez de boas obras; o ensino de que a salvação vem pela graça divina ou "favor imerecido" apenas, não como algo merecido (*sola gratia*); e afirmar a Bíblia como sendo a única autoridade máxima (*sola scriptura* ou apenas a escritura), em vez de também com a tradição sagrada; *solus Christus* (somente Cristo), *soli Deo gloria* (glória somente a Deus). Os cinco solae resumem as diferenças teológicas básicas em oposição à Igreja Católica.

A maioria dos protestantes são membros de um punhado de famílias denominacionais: adventistas, anabatistas, anglicanos/episcopais, batistas, calvinistas/reformados, luteranos, metodistas, morávios/hussitas, pentecostais, quakers e valdenses. Igrejas não denominacionais, carismáticas, evangélicas, independentes e outras estão em ascensão e constituem uma parte significativa do protestantismo.

Aproximação teológica:

Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação (JDDJ)

Outubro de 1999 – Após várias décadas de diálogo, os líderes da Federação Luterana Mundial e do Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos assinam o JDDJ em Augsburg, Alemanha.

Resoluções:

O entendimento comum da Justificação é dado em confissões simples como:

“Juntos, confessamos: somente pela graça, pela fé na obra salvadora de Cristo e não por qualquer mérito de nossa parte, somos aceitos por Deus e recebemos o Espírito Santo, que renova nossos corações enquanto nos equipa e nos chama para boas obras”.

-“Quando os católicos afirmam o caráter "meritório" das boas obras, eles desejam dizer que, de acordo com o testemunho bíblico, uma recompensa no céu é prometida a essas obras. Sua intenção é enfatizar a responsabilidade das pessoas por suas ações, não contestar o caráter dessas obras como dons, ou muito menos negar que a justificação sempre permanece o dom imerecido da graça”.

— Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação cl. 38

A Declaração Conjunta evita mencionar ou tratar de várias questões de contensão histórica: "livre-arbítrio", "predestinação", "pecado original", "depravação total", "indulgência", "satisfação" e "santificação". (A Declaração Metodista de Associação com a Declaração Conjunta inclui discussão sobre santificação.)

Julho de 2006 – O Conselho Metodista Mundial, em uma conferência em Seul, Coreia do Sul, se junta oficialmente ao JDDJ, adotando uma declaração que acrescenta aspectos relacionados à teologia da santificação.

Abril de 2016 - Outubro de 2017 – O Conselho Consultivo Anglicano, em uma reunião em Lusaka, Zâmbia, “acolhe e afirma a substância” do JDDJ em abril de 2016. No ano seguinte, em outubro de 2017, em um culto na Abadia de Westminster, em Londres, marcando o 500º aniversário da Reforma, o Arcebispo de Canterbury, Dr. Justin Welby, apresenta o texto da resolução do ACC ao Secretário Geral da LWF, Rev. Dr. Martin Junge.

Julho de 2017 – Durante uma reunião do Conselho Geral em Wittenberg, Alemanha, a Comunhão Mundial das Igrejas Reformadas assina o JDDJ, acrescentando sua própria declaração com forte ênfase na justificação e na justiça.

Março de 2019 – Líderes das cinco comunhões mundiais que aderem à JDDJ se reúnem na Universidade de Notre Dame, nos Estados Unidos, para marcar o 20º aniversário e emitir uma declaração se comprometendo novamente a comunicar a mensagem bíblica de salvação de novas maneiras para a sociedade contemporânea.

https://en.wikipedia.org/wiki/Joint_Declaration_on_the_Doctrine_of_Justification

https://pt.wikipedia.org/wiki/Cl%C3%A1usula_Filioque

Falar ainda pelo texto do Pe. Purpura os pontos principais que unem os cristãos

3. A Igreja em passos concretos de unidade: Aproximações.

3.1 Em relação à divisão ocorrida após Concílio de Éfeso (431d.C) referente a doutrina denominada “Nestorianismo” e a conseqüente a ruptura com a Igreja do Oriente, a Igreja Católica Romana juntamente com a Igreja Assíria do Oriente (herdeira direta da antiga Igreja do Oriente) desenvolve um profícuo diálogo que resulta na:

Common Christological Declaration of the Pope John Paul II and His Holiness Mar Dinkha IV, Catholicos-Patriarch of the Assyrian Church of the East.
Friday, November 11, 1994.

Trechos importante do documento:

“Portanto, nosso Senhor Jesus Cristo é verdadeiro Deus e verdadeiro homem, perfeito em sua divindade e perfeito em sua humanidade, consubstancial ao Pai e consubstancial a nós em todas as coisas, exceto no pecado. Sua divindade e sua humanidade estão unidas em uma pessoa, sem confusão ou mudança, sem divisão ou separação. Nele foi preservada a diferença das naturezas da divindade e da humanidade, com todas as suas propriedades, faculdades e operações. Mas longe de constituir "um e outro", a divindade e a humanidade estão unidas na pessoa do mesmo e único Filho de Deus e Senhor Jesus Cristo, que é o objeto de uma única adoração.

Cristo, portanto, não é um "homem comum" que Deus adotou para residir nele e inspirá-lo, como nos justos e nos profetas. Mas o mesmo Deus, o Verbo, gerado por seu Pai antes de todos os mundos sem começo, de acordo com sua divindade, nasceu de uma mãe sem pai nos últimos tempos, de acordo com sua humanidade. A humanidade à qual a Bem-Aventurada Virgem Maria deu à luz sempre foi a do próprio Filho de Deus. Essa é a razão pela qual a Igreja Assíria do Oriente está rezando a Virgem Maria como "a Mãe de Cristo, nosso Deus e Salvador". À luz dessa mesma fé, a tradição católica se dirige à Virgem Maria como "a Mãe de Deus" e também como "a Mãe de Cristo". Ambos reconhecemos a legitimidade e a retidão dessas expressões da mesma fé e ambos respeitamos a preferência de cada Igreja em sua vida litúrgica e piedade”.

3.2 Em relação à divisão ocorrida após Concílio de Calcedônia (451 d.C) referente ao “monofisismo” e a consequente a ruptura com as igrejas ortodoxas Copta, Etíope Siríaca, Armênia, a Igreja Católica Romana juntamente com a Igreja Assíria do Oriente (herdeira direta da antiga Igreja do Oriente) desenvolve um profícuo diálogo que resultou na:

- *Common Declaration of Pope John Paul II and The Ecumenical Patriarch of Antioch His Holiness Moran Mar Ignatius G Zakkal Iwas*. Rome, 23 June 1984.

Trechos importantes do documento:

“Por nossa vez confessamos que Ele se encarnou por nós, assumindo um corpo real com uma alma racional. Ele compartilhou nossa humanidade em todas as coisas, exceto no pecado. Confessamos que nosso Senhor e nosso Deus, nosso Salvador e Rei de todos, Jesus Cristo, é Deus perfeito quanto à Sua divindade e homem perfeito quanto à Sua humanidade. Nele, a sua divindade está unida à sua humanidade. Esta união é real, perfeita, sem fusão nem mistura, sem confusão, sem alteração, sem divisão, sem a menor separação. Aquele que é Deus eterno e indivisível, tornou-se visível na carne e assumiu a forma de servo. Nele estão unidas, de forma real, perfeita, indivisível e inseparável, a divindade e a humanidade, e Nele todas as suas propriedades estão presentes e atuantes”.

3.3 Em relação ao Grande Cisma do Oriente ocorrido (1054 d.C): referente a divisão entre a Igreja Ortodoxa Grega e a Igreja Católica Romana quanto às questões do Filioque, Primado Petrino, Patriarcado Ecumênico, etc, as duas Igrejas tem dado passos importantes, mas restringidos por membros da hierarquia bizantina, especialmente pela Ortodoxia Russa. Assim a Igreja Católica Romana juntamente com a Igreja Ortodoxa Grega, através de seus líderes supremos o Papa Paulo VI e o Patriarca Ecumênico de Constantinopla, Athenágoras I e de suas respectivas comissões teológicas desenvolve um profícuo diálogo que resultou na:

- *Joint Catholic-Orthodox Declaration of His Holiness Paul VI and the Ecumenical Patriarch Athenagoras I*. Rome, December 7, 1965.

Esta “Declaração Conjunta Católico-Ortodoxa”, foi lida em francês no dia 7 de dezembro de 1965 simultaneamente em uma reunião pública do Concílio Vaticano II em Roma e em Istambul (Constantinopla), em uma cerimônia especial na igreja patriarcal do Palácio Fanar. Retirou a troca de excomunhões entre eclesiásticos proeminentes na Santa Sé e do Patriarcado Ecumênico de Constantinopla, comumente conhecido como o Grande Cisma de 1054. Não acabou com o cisma, mas mostrou um desejo de maior reconciliação entre as duas igrejas, representadas pelo Papa Paulo VI e pelo Patriarca Ecumênico Atenágoras I. O documento e os textos que o acompanham foram compilados em um único volume o qual foi denominado *Tomos agapēs* (“volume da caridade”). Além da *Joint Catholic-Orthodox* contém a correspondência em grego e francês entre os referidos Papa e Patriarca, Vatican - Phanar (1958-1970). Publicado pela Imprimerie Polyglotte Vaticane. Rome, 1971. Muitos ortodoxos reagiram negativamente à declaração. O metropolita Philaret, da Igreja Ortodoxa Russa no Exterior, em sua epístola de 1965 ao Patriarca, desafiou abertamente os esforços do Patriarca em se aproximar da Igreja Católica Romana, alegando que isso inevitavelmente levaria à heresia. Por sua vez, os monges do Monte Atos teriam excluído Atenágoras de suas orações diárias após a declaração.

De fato, a *Joint Catholic-Orthodox Declaration* anulou os anátemas de 1054, embora esta tenha sido uma anulação de medidas tomadas contra apenas alguns indivíduos, meramente como um gesto de boa vontade e não constituindo qualquer tipo de união plena. A ausência de plena comunhão entre as Igrejas é até explicitamente mencionada quando o Código de Direito Canônico dá aos ministros católicos permissão para administrar os sacramentos da penitência, a Eucaristia e a unção dos enfermos a membros de igrejas orientais, como a Igreja Ortodoxa Oriental (bem como as igrejas Ortodoxas Orientais e a Igreja do Oriente) e membros de igrejas ocidentais, como a Igreja Católica Antiga, quando esses membros os solicitam espontaneamente. Os contatos entre os dois lados continuam. Todos os anos, uma delegação de cada um se junta à celebração do outro de sua festa patronal, Santos Pedro e Paulo (29 de junho) para Roma e Santo André (30 de novembro) para Constantinopla, e houve várias visitas do chefe de cada um ao outro. Os esforços dos patriarcas ecumênicos em direção à reconciliação com a Igreja Católica têm sido frequentemente alvo de duras críticas por parte de algumas igrejas ortodoxas.

- Trechos importantes do documento:

Cheios de agradecimento a Deus pela graça que, em sua misericórdia lhes outorgou de encontrar-se fraternalmente nos sagrados lugares, nos quais, pela morte e a ressurreição de Cristo, se consumou o mistério de nossa salvação e pela efusão do Espírito Santo, nasceu a Igreja, o Papa Paulo VI e o patriarca Atenágoras I, não esqueceram o projeto que – cada um por sua parte – concebeu naquela ocasião de não omitir gesto algum dos que inspira a caridade e que sejam capazes de facilitar o desenvolvimento das relações fraternais entre a Igreja católica romana e a Igreja ortodoxa de Constantinopla, inauguradas nessa ocasião. Estão persuadidos de que esta forma responde ao chamamento da graça divina que move hoje a Igreja católica romana e a Igreja ortodoxa e todos os cristãos a superar suas diferenças a fim de ser de novo “um”, como o Senhor Jesus o pediu para eles a Seu Pai. Entre os obstáculos que entorpecem o desenvolvimento destas relações fraternais de confiança e estima, figura a memória das decisões, atos e incidentes penosos que desembocaram em 1054, na sentença de excomunhão pronunciada contra o patriarca Miguel Cerulário e outras duas personalidades pelos legados da sé romana, presididos pelo cardeal Humberto; legados que foram por sua vez objeto de uma sentença análoga por parte do patriarca e do sínodo constantinopolitano.

Não se pode fazer que estes acontecimentos não tenham sido o que foram neste período particularmente agitado da história.

Mas hoje, quando se emite sobre eles um juízo mais sereno e justo, é importante reconhecer os excessos com que têm sido turvados e que tem dado lugar ulteriormente a consequências que, na medida em que nos é possível julgar, superaram as intenções e previsões de seus autores, cujas censuras se referiam às pessoas em questão e não à Igreja, e não pretendiam romper a comunhão eclesial entre as Sés de Roma e Constantinopla.

Por isso o Papa Paulo VI e o Patriarca Atenágoras I e seu Sínodo, seguros de expressar o desejo comum de justiça e o sentimento unânime de caridade de seus fiéis e recordando o preceito do Senhor:

“Quando apresentas tua oferenda no altar e ali te recordas de que teu irmão tem alguma queixa contra ti, deixa tua oferenda ante o altar e vai primeiro reconciliar-te com teu irmão” (Mt. 5, 23-24), declaram de comum acordo:

a) Lamentar as palavras ofensivas, as reprovações infundadas e os gestos condenáveis que de uma e outra parte caracterizaram e acompanharam os tristes acontecimentos daquela época.

b) Lamentar igualmente e apagar da memória e da Igreja as sentenças de excomunhão que lhes seguiram e cujo recorde atua até nossos dias, como um obstáculo à aproximação na caridade relegando-as ao esquecimento.

c) Deplorar, finalmente, os lamentáveis precedentes e os acontecimentos ulteriores que, sob a influência de diferentes fatores, entre os quais contaram a incompreensão e a desconfiança mútua, levaram finalmente à ruptura efetiva da comunhão eclesial.

O Papa Paulo VI e o patriarca Atenágoras I com seu Sínodo são conscientes de que este gesto de justiça e perdão recíproco não pode bastar para por fim às diferenças antigas ou mais recentes que subsistem entre a Igreja católica romana e a Igreja ortodoxa de Constantinopla, e que, pela ação do Espírito Santo, serão superadas graças à purificação dos corações, ao feito de deplorar os erros históricos e uma vontade eficaz de chegar a uma inteligência e a uma expressão comum da fé apostólica e de suas exigências.

Sem embargo, ao realizar este gesto, esperam seja grato a Deus, pronto a perdoar-nos quando nos perdoamos uns aos outros e esperam igualmente que seja apreciado por todo o mundo cristão, mas sobretudo pelo conjunto da Igreja católica romana e a Igreja ortodoxa, como a expressão de uma sincera e comum vontade de reconciliação e como um convite a prosseguir com espírito de confiança, de estima e de caridade mútuas, o diálogo que nos leve com a ajuda de Deus a viver de novo para o maior bem das almas e o advento do Reino de Deus, na plena comunhão da fé, da concórdia fraterna e de vida sacramental que existiu entre elas ao longo do primeiro milênio da vida da Igreja.

Quanto a “Questão Filioque”, um grande passo de unidade foi o documento *Les Traditions Grecque et Latine Concernant la Procession du Saint-Esprit* (“As Tradições Gregas e Latinas a Respeito da Processão do Espírito Santo”). Edição quadrilíngue: francês, grego, inglês e russo]. Vaticano: Typis Vaticanis, MCMXCVI, organizado pelo Pontifício Conselho para a Unidade dos Cristãos, e publicado em 13 de setembro de 1995, é um grande passo adiante no diálogo teológico entre as duas igrejas irmãs (Católica Romana e Ortodoxa Grega). Para o referido documento, as

divergências entre as duas tradições não são propriamente teológicas, pois em si não contradizem, mas acima de tudo é uma questão de linguagem, de vocábulos. Este documento teve reações positivas de personalidades da diáspora ortodoxa como o teólogo Oliver Clément, o Pe. Boris Bobrinskoy, decano do conceituado *Institut de Théologie Orthodoxe Saint-Serge* de Paris, Iouannis Zizioulas, metropolita de Pérgamo e o metropolita de Éfeso, Chrysostomas Konstantinidis entre outros.

3.4 Em relação à Reforma Protestante (1517) referente a divisão ocorrida inicialmente na Alemanha, dentro da Igreja Católica Romana, dividindo a cristandade ocidental entre católicos e protestantes. Sendo que os primeiros continuaram fieis a hierarquia da Igreja e à Tradição, enquanto o segundo grupo negando tanto a hierarquia quanto a Tradição, tiveram grande difusão na Europa Central e Setentrional. Após séculos de divisão e animosidade, a partir de meados do séc. XX, depois de várias décadas de diálogo ecumênico, os líderes da Federação Luterana Mundial e do Pontifício Conselho para a Promoção da Unidade dos Cristãos, em busca da superação do desacordo entre a doutrina católica da salvação mediante a fé e as obras e a protestante mediante somente a fé, assinaram em Augsburg, Alemanha, o significativo acordo teológico:

-*Joint Declaration on the Doctrine of Justification (JDDJ)*. Augsburg, October 31, 1999.

A “Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação” (JDDJ) foi lida pela primeira vez e assinada em Augsburg, Alemanha, em 31 de outubro de 1999, por representantes da Lutheran World Federation (LWF) e do Vaticano. Esta foi a primeira vez que um acordo ecumênico tão significativo seria oficialmente reconhecido e recebido mutuamente pelos organismos eclesiásticos das Igreja Católica Romana e Luterana.

- Trechos importantes do documento:

“Juntos, confessamos: somente pela graça, pela fé na obra salvadora de Cristo e não por qualquer mérito de nossa parte, somos aceitos por Deus e recebemos o Espírito Santo, que renova nossos corações enquanto nos equipa e nos chama para boas obras”.

-“Quando os católicos afirmam o caráter "meritório" das boas obras, eles desejam dizer que, de acordo com o testemunho bíblico, uma recompensa no céu é prometida a essas obras. Sua intenção é enfatizar a

responsabilidade das pessoas por suas ações, não contestar o caráter dessas obras como dons, ou muito menos negar que a justificação sempre permanece o dom imerecido da graça”.

— Declaração Conjunta sobre a Doutrina da Justificação cl. 38

A Declaração Conjunta evita mencionar ou tratar de várias questões de contenção histórica: "livre-arbítrio", "predestinação", "pecado original", "depravação total", "indulgência", "satisfação" e "santificação". (A Declaração Metodista de Associação com a Declaração Conjunta inclui discussão sobre santificação.)

- Este significativo documento tem sido aos poucos acolhidos por outras Igrejas Reformadas, vejamos:

- Julho de 2006: O **Conselho Metodista Mundial** – em uma conferência em Seul, Coreia do Sul, se junta oficialmente ao JDDJ, adotando uma declaração que acrescenta aspectos relacionados à teologia da santificação.

Abril de 2016 - Outubro de 2017 – O Conselho Consultivo Anglicano, em uma reunião em Lusaka, Zâmbia, “acolhe e afirma a substância” do JDDJ em abril de 2016. No ano seguinte, em outubro de 2017, em um culto na Abadia de Westminster, em Londres, marcando o 500º aniversário da Reforma, o Arcebispo de Canterbury, Dr. Justin Welby, apresenta o texto da resolução do ACC ao Secretário Geral da LWF, Rev. Dr. Martin Junge.

Julho de 2017 – Durante uma reunião do Conselho Geral em Wittenberg, Alemanha, a Comunhão Mundial das Igrejas Reformadas assina o JDDJ, acrescentando sua própria declaração com forte ênfase na justificação e na justiça.

- Março de 2019 – Líderes das cinco **comunhões mundiais** que aderem à JDDJ se reúnem na Universidade de Notre Dame, nos Estados Unidos, para marcar o 20º aniversário e emitir uma declaração se comprometendo novamente a comunicar a mensagem bíblica de salvação de novas maneiras para a sociedade contemporânea.

Bibliografia:

- *Common Christological Declaration of the Pope John Paul II and His Holiness Mar Dinkha IV, Catholicos-Patriarch of the Assyrian Church of the East.* Friday, November 11, 1994. In https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/en/speeches/1994/november/documents/hf_jp-ii_spe_19941111_dichiarazione-cristologica.html

- *Common Declaration of Pope John Paul II and The Ecumenical Patriarch of Antioch His Holiness Moran Mar Ignatius G Zakkal Iwas*. Rome, 23 June 1984. In https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/en/speeches/1984/june/documents/hf_jp-ii_spe_19840623_jp-ii-zakka-i.html

- *Joint Declaration on the Doctrine of Justification. By the Lutheran World Federation and the Catholic Church*. Augsburg, October 31, 1999. In <https://lutheranworld.org/sites/default/files/Joint%20Declaration%20on%20the%20Doctrine%20of%20Justification.pdf>

- *Joint Catholic-Orthodox Declaration of His Holiness Paul VI and the Ecumenical Patriarch Athenagoras I*. Rome, December 7, 1965. In https://www.vatican.va/content/paul-vi/en/speeches/1965/documents/hf_p-vi_spe_19651207_common-declaration.html

- *Les Traditions Grecque et Latine Concernant la Procession du Saint-Esprit*. Vaticano: Typis Vaticanis, 1996.

- Porpora, Antonio. P014. *Corso Ecumenismo. Volantino: Decimo Incontro. La sistemática: La Chiesa come comunione*. Pontificio Istituto Orientale: Roma, 2019.

- Ware, Timothy. *The Orthodox Church: An Introduction to Eastern Christianity*. Westminster: Penguin Books, 1963.